

# **Relação entre composição das despesas públicas e crescimento econômico dos países da América Latina**

**Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo** (FURB) - francymacedo2011@gmail.com

**Ilse Maria Beuren** (UFPR) - ilse.beuren@gmail.com

## **Resumo:**

*O estudo objetiva verificar a relação da composição das despesas públicas correntes e de capital com o crescimento econômico dos países da América Latina, no período de 2000 a 2010. Pesquisa descritiva foi conduzida por meio de análise documental e de dados em painel. Os resultados mostram que Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela apresentaram as maiores médias de crescimento. Os países que mais direcionaram recursos em gastos correntes de saúde foram os que em média tiveram os maiores índices de crescimento. Todavia, nem todos os países que se destacaram no direcionamento de recursos à educação foram aqueles que em média mais cresceram.*

**Palavras-chave:** *Teoria das escolhas públicas. Gasto público. Crescimento econômico.*

**Área temática:** *Custos aplicados ao setor público*

## **Relação entre composição das despesas públicas e crescimento econômico dos países da América Latina**

### **Resumo**

O estudo objetiva verificar a relação da composição das despesas públicas correntes e de capital com o crescimento econômico dos países da América Latina, no período de 2000 a 2010. Pesquisa descritiva foi conduzida por meio de análise documental e de dados em painel. Os resultados mostram que Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela apresentaram as maiores médias de crescimento. Os países que mais direcionaram recursos em gastos correntes de saúde foram os que em média tiveram os maiores índices de crescimento. Todavia, nem todos os países que se destacaram no direcionamento de recursos à educação foram aqueles que em média mais cresceram.

Palavras-chave: Teoria das escolhas públicas. Gasto público. Crescimento econômico.

Área Temática: Custos aplicados ao setor público.

### **1 Introdução**

Todo gasto do governo é produtivo (ARROW; KURZ, 1970; BARRO, 1990). Os gestores realizam gastos para perseguir uma variedade de objetivos (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996). Todavia, a alocação dos gastos públicos entre os diferentes níveis de governo pode afetar o crescimento econômico (XIE; ZOU; DAVOODI, 1999). A composição dos gastos do governo é fator relevante na determinação do crescimento econômico a longo prazo (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996; KNELLER et al., 1999).

Não é de admirar, portanto, que o impacto dos investimentos em infraestrutura sobre o desempenho produtivo das entidades tem sido um importante foco da literatura sobre o crescimento da produtividade. As proporções deste impacto têm implicações importantes nas decisões dos políticos responsáveis por investir em capitais públicos (MORRISON; SCHWARTZ, 1992).

No que diz respeito às despesas de capital, as evidências sugerem que os eleitores sabem mais sobre gastos de consumo, pois os impactos são percebidos de modo mais diretamente em seu dia-a-dia (DOWNS, 1960). Consequentemente, os políticos são mais susceptíveis a aumentar os gastos de capital durante uma retomada econômica, visto que, os contribuintes têm menos probabilidade de estarem cientes destes aumentos e, assim, menos propensos a se preocuparem com as implicações fiscais possíveis (ABBOTT; JONES, 2011).

Mesmo com tantas interferências, a teoria econômica e a evidência empírica não fornecem claras respostas para a questão de como a composição da despesa pública afeta o crescimento econômico. A teoria desenvolve justificativas para a prestação de bens e serviços pelo governo com base na incapacidade dos mercados de fornecer bens públicos, internalizar as externalidades e cobrir os custos quando há economias de escala significativas. Além disso, quando há uma falha no mercado, a intervenção governamental pode ser justificada. Porém, essas noções teóricas não se traduzem facilmente em regras operacionais sobre qual componente da despesa pública deve ser cortado (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996).

A polarização política, por sua vez, capta o fenômeno que as sociedades não são homogêneas, mas se constituem de grupos diferentes, que estão muitas vezes competindo por influência política. Essa heterogeneidade pode basear-se na etnia, diversidade linguística,

religiosa, distribuição de renda e/ou outras características sociais. Abstraindo-se o tipo específico de polarização do modelo de heterogeneidade, ter-se-á o grau em que o governo favorece um grupo sobre outro, ou seja, o grau em que a heterogeneidade realmente importa para a tomada de decisão. Um modelo de economia política em que se possa mostrar que a polarização tem efeitos semelhantes aos da incerteza política (chance do governo de perder o poder), apresentar-se um subinvestimento público. Ressalta-se que a polarização e a incerteza política reforçam-se mutuamente em seus efeitos sobre a falta de investimento, podendo levar à falência total do investimento público (BOHN, 2007).

Depreende-se do exposto a importância da aplicação dos recursos públicos para a economia, bem-estar social e crescimento local. Neste sentido é que emerge a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a relação entre a composição das despesas públicas e o crescimento dos países da América Latina? O estudo objetiva verificar a relação da composição das despesas públicas correntes e de capital com o crescimento econômico dos países da América Latina, no período de 2000 a 2010.

Estudos vêm tentando ligar componentes particulares da despesa pública com a produtividade do setor privado e o crescimento econômico, porém, conforme assevera Diamond (1989), parte considerável desses esforços carece da falta de um quadro teórico rigoroso. O interesse sobre o tema da composição das despesas ressurgiu (ASCHAUER, 1989; HOLTZ-EAKIN, 1991; MORRISON; SCHWARTZ, 1991) tomando por norte modelos teóricos, contudo, o foco vinha sendo sobre a produtividade dos gastos públicos nos Estados Unidos. Devarajan, Swaroop e Zou (1996) retomaram esse enfoque das despesas atrelado ao crescimento, mas lançando um olhar sobre 43 países.

Pretende-se refletir sobre a relação entre a composição das despesas públicas e o crescimento econômico. Os governos se comprometem com gastos para perseguir uma variedade de objetivos, dos quais um pode ser o aumento na renda per capita. A justificativa para o estudo se concentrar em crescimento decorre do fato dele ser um dos objetivos do governo, logo é útil conhecer a contribuição dos diferentes componentes da despesa para este objetivo como um meio de avaliar o custo para se perseguir outros objetivos. Também, porque a renda per capita é mais viável para se mensurar do que alguns dos outros objetivos do governo (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996).

## **2 Teoria das escolhas públicas**

A teoria das escolhas públicas baseia-se nos princípios das relações econômicas direcionando-se para o estudo da política, com o intuito de inteirar-se das atitudes e do comportamento dos gestores quando da aplicação dos recursos públicos (FELKINS, 2009). Embora o tamanho do governo seja uma questão de escolha pública, sua composição é aberta à discussão política (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996).

A teoria das escolhas públicas procura explicar como os bens públicos são distribuídos, sob o consenso do bem comum à coletividade (AGUIRRE; MORAES, 1997). Porém, sua posição dominante é aquela que realça uma concepção relativamente estreita de auto-interesse, como motivador da escolha na política, bem como do domínio econômico (BRENNAN; HAMLIN, 2007).

Contrariamente à literatura específica sobre ciclos de política orçamental, uma grande parte da literatura que versa acerca das escolhas públicas aponta para a importância política dos grupos de interesse organizados, visto que possuem poder para pressionar os políticos acerca das políticas favoráveis a eles (OLSON, 1965; BUCHANAN; TULLOCK, 1962; BATES, 1981; URSPRUNG, 1991; KRUEGER, 1993).

Contudo, independente de qualquer viés ideológico de exposição, a análise da escolha pública, necessariamente, traz uma atitude mais crítica em relação aos problemas

socioeconômicos (BUCHANAN, 2003). A contribuição mais importante é o fato desta teoria reconhecer que os políticos são motivados por interesses próprios (FELKINS, 2009). Valbel (1986) relata que os políticos e burocratas se interessam em perseguir objetivos pessoais, que não são compartilhados por seus eleitores.

Embora a teoria das escolhas públicas insista que uma legislação é, desde sua origem, motivada pelos interesses privados que favorecem os diversos resultados da política (FERRAZ JÚNIOR, 2000), ela retoma a tradição clássica ao tentar construir uma teoria econômica do processo político (SANCHEZ, 2005). Além disso, ela assume posições conservadoras e críticas diante do papel do Estado na economia.

Diante disso, infere-se que o comportamento dos burocratas do setor público encontra-se em posição central na teoria das escolhas públicas. Depreende-se, então, que enquanto eles supostamente trabalham no interesse público, pondo em prática as políticas de governo mais eficiente e eficazmente possíveis, os teóricos da escolha pública veem os burocratas como seres interessados em maximizar a sua própria utilidade (NISKANEN, 1973).

Ressalta-se que essa teoria, de acordo com Dias (2009), tem como principais propugnadores Downs (1957), Tullock (1962) e Olson (1965), que acabaram influenciando com seus argumentos liberais como Buchanan (1983), responsável pela elaboração da perspectiva denominada public choice. Tais autores, aliados a nomes como Black (1948, 1958, 1987), Arrow (1951, 1963), Buchanan e Tullock (1962), Riker (1962) e Niskanen (1971), lançaram uma revolução no estudo do homo politicus, ao aplicar o modelo de ator racional da economia, a problemas de tomada de decisão coletiva pelos eleitores, legislaturas e burocracias (SHUGHART II; TOLLISON, 2005).

### **3 Gasto público e crescimento econômico**

A relevância dos gastos do governo tem sido foco de análise desde que se implementaram as políticas descentralizadas para reorientar a tomada de decisões públicas, a partir dos níveis centrais do governo (AFONSO; FERNANDES, 2008). Desde a década de 1960, pesquisadores têm voltado à atenção para a relação existente entre a política fiscal e a taxa de crescimento da economia. A contribuição seminal, entretanto, veio por Arrow e Kurz (1970), que desenvolveram um modelo em que os consumidores derivam da utilidade do consumo privado e do estoque de capital público (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996).

A difusão de trabalhos sobre crescimento endógeno, entretanto, tem gerado uma série de modelos pautados em Arrow e Kurz (1970). Destaca-se que a principal conclusão dos estudos de Arrow e Kurz (1970) é que o crescimento da produção está negativamente correlacionado com a proporção de consumo do governo no PIB. Aschauer (1989) e Barro (1990) também encontraram relação positiva entre o investimento público e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Consoante Kneller, Bleaney e Gemmell (1999), desde as contribuições pioneiras de Barro (1990), King e Rebelo (1990) e Lucas (1990), diversos estudos estenderam a análise da tributação para as despesas públicas e o crescimento econômico, demonstrando várias condições sob as quais variáveis fiscais podem afetar o crescimento a longo prazo.

Glaeser e Scheinkman (1995), por sua vez, examinaram como as experiências de crescimento de 203 grandes cidades dos EUA se relacionavam com a sua localização inicial, renda da população, crescimento passado, composição de saída, desemprego, desigualdade, composição racial, segregação, tamanho e natureza do governo, e a educação de sua força de trabalho. Os autores queriam entender como as cidades cresceram, entre 1960 e 1990. Outros estudos, incluindo os de Barro e Sala-i-Martin (1991) e Blanchard e Katz (1992), voltaram seu olhar para as experiências de crescimento de estados dos EUA.

Estudos também foram desenvolvidos sobre os determinantes do crescimento da produtividade, que se centraram nos impactos dos efeitos de infraestrutura e escala. Aschauer (1989, 1990), por exemplo, investigou correlações entre crescimento da produtividade e infraestrutura pública em todos os países. A influência significativa dos efeitos internos de escala no crescimento da produtividade foi documentada por Morrison (1989) e Hall (1990).

No entanto, ainda existem lacunas de pesquisa em modelos de crescimento endógeno, como investimentos em capital humano e capital físico afetam a taxa de crescimento do estado estacionário. Há amplo espaço para estudos desses modelos e para pelo menos alguns elementos de impostos e despesas do governo para desempenhar seu papel no processo de crescimento (KNELLER; BLEANEY; GEMMELL, 1999). Ainda segundo os autores, a política pública de modelos endógenos de crescimento de Barro (1990), Barro e Sala-i-Martin (1992, 1995) e Mendoza et al. (1997) fornecem mecanismos pelos quais a política fiscal pode determinar tanto o nível da produção, quanto a taxa de crescimento.

Ao passo que em modelos de crescimento neoclássico com rendimentos decrescentes para capital, um país com taxa de crescimento per capita tende a ser inversamente relacionado com seu nível inicial de renda por pessoa. Contudo, tal assertiva parece ser inconsistente com as provas de Cross-Country, que indicam que as taxas per capita de crescimento de cerca de 100 países no período pós-Segunda Guerra não correlacionam com o nível do produto per capita do início (BARRO, 1989).

Consoante Kneller, Bleaney e Gemmell (1999), mesmo que o governo pudesse influenciar a taxa de crescimento da população, por exemplo, pela redução da mortalidade infantil ou encorajar a fertilidade, isso não afetaria a taxa de crescimento a longo prazo da renda per capita. Ainda segundo os autores, estes modelos fiscais e medidas de despesas que influenciam a taxa de poupança ou o incentivo para investir em capital humano ou físico, afetam o fator de equilíbrio em vez da taxa de crescimento de estado estacionário.

Devarajan, Swaroop e Zou (1996) que se utilizaram de dados de 43 países, com um recorte de mais de 20 anos, observaram que o aumento na participação das despesas correntes tem efeitos de crescimento positivo e estatisticamente significativo. Por outro lado, constataram que a relação entre o componente de capital da despesa pública e o crescimento per capita é negativo. Com isso, viu que os gastos aparentemente produtivos, quando usados em excesso, podem se tornar improdutivos. Estes resultados implicaram no fato de que nos países em desenvolvimento os governos têm maus gastos públicos em favor das despesas de capital em detrimento das despesas correntes.

O estudo de Xie, Zou e Davoodi (1999) contribuiu para os debates de política atual sobre a repartição dos subsídios federais e para a atribuição das despesas de responsabilidade dos três níveis de governo dos Estados Unidos. Os resultados empíricos sugeriram que essa movimentação pode ser prejudicial para o crescimento.

Gregoriou e Ghosh (2009) captaram o impacto sobre o crescimento heterogêneo de capitais públicos e gastos correntes de 15 países em desenvolvimento. Usando o estimador de painel do sistema Generalized Method of Moments (GMM), concluíram que os países com substanciais gastos de capital público têm fortes efeitos negativos no crescimento.

Diante do exposto foi possível formular-se a seguinte hipótese central da pesquisa:

H1: O aumento na participação dos gastos correntes e de capital tem efeitos no crescimento dos países.

Para operacionalizar a hipótese central foram formuladas algumas hipóteses subjacentes, a saber:

H1a: O aumento na participação dos gastos correntes com educação tem efeitos no crescimento dos países;

H1b: O aumento na participação dos gastos correntes com saúde tem efeitos no crescimento dos países;

H1c: Países que priorizam as despesas de capital em detrimento das despesas correntes são mais desenvolvidos.

#### 4 Procedimentos Metodológicos

Neste estudo foi adotada a pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental, sendo caracterizada quanto à abordagem como quantitativa. Este trabalho se concentra na análise dos gastos correntes, gastos de capital e crescimento econômico dos 20 países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela).

A escolha por um intervalo de 11 anos decorre do fato de que as despesas públicas muitas vezes levam tempo para refletir seus efeitos sobre o crescimento econômico. Assim se evitam flutuações de curto prazo induzidas pelas mudanças nos gastos públicos, e ainda optando por uma média móvel, pode-se aumentar o número de observações de séries temporais dos dados em painel (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996).

Os valores consultados referem-se aos gastos correntes, gastos de capital e produto interno bruto dos países da amostra. O interregno corresponde a 11 anos (2000 a 2010). A amostra é considerada intencional não probabilística e tomou por base o trabalho desenvolvido por Devarajan, Swaroop e Zou (1996). Os dados foram coletados a partir de números e estatísticas extraídas dos sítios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em um primeiro momento foram feitas estatísticas descritivas para verificar a evolução dos valores (PIB, IDH, despesas correntes, despesas de capital, despesas em educação e despesas com saúde) ao longo dos anos, com o fim de dar suporte à análise da relação entre os gastos correntes e de capital e o crescimento dos países. Na sequência analisou-se a relação dos gastos do governo com o crescimento por meio da análise de dados em painel, utilizando-se do software EViews 4.

As etapas para a realização dos testes tomou por base o direcionamento de Silva e Cruz Júnior (2004), podendo ser apresentada da seguinte maneira:

1ª etapa: Modelo de intercepto comum (restrito) versus modelo de efeitos fixos (EF)

Teste: Chow, calculado pela fórmula:

$$F = \frac{(SQR^R - SQR^I)/(N-1)}{SQR^I/(NT-N-K)}$$

Hipótese nula: interceptos comuns (Modelo Restrito)

Hipótese alternativa: interceptos diferentes para cada seção cruzada (EF)

2ª etapa: Modelo de intercepto comum (restrito) versus modelo de efeitos aleatórios (EA)

Teste: Multiplicador de Langrange (LM) obtido por meio da expressão:

$$LM = \frac{NT}{2(T-1)} \left[ \frac{\sum_{i=1}^N [\sum_{t=1}^T e_{it}]^2}{\sum_{i=1}^N \sum_{t=1}^T e_{it}^2} - 1 \right]^2$$

Hipótese nula: variância dos resíduos que refletem diferenças individuais são iguais a zero (Modelo Restrito)

Hipótese alternativa: variância dos resíduos que refletem diferenças individuais são diferentes de zero (EA)

3ª etapa: Modelo de intercepto fixos versus modelo de efeitos aleatórios (EA)

Teste: Hausman, realizado por meio da fórmula:

$$W = \frac{(b_i - \beta_i)^2}{[VAR(b_i) - VAR(\beta_i)]}$$

Hipótese nula: resíduos não correlacionados com a variável explicativa (EF)

Hipótese alternativa: resíduos correlacionados com a variável explicativa (EA)

A predileção por utilizar dados em painel deve-se ao fato de assim poder-se enriquecer a análise empírica de forma que seria impossível se fosse restringida aos dados em corte transversal ou em séries temporais isoladamente. Além do que, ao combinar séries temporais com dados de corte transversal, os dados em painel proporcionam dados mais informativos, mais variabilidade e menos colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência (BALTAGI, 1995).

Considerou-se a seguinte especificação genérica para um modelo de dados em painel:  

$$y_{it} = \beta_{1it}X_{1it} + \beta_{2it}X_{2it} + \dots + \beta_{kit}X_{kit} + u_{it} \Leftrightarrow y_{it} = \mathbf{x}'_{it}\boldsymbol{\beta}_{it} + u_{it} ; i = 1, \dots, N \text{ e } t = 1, \dots, T$$

Em que  $\boldsymbol{\beta}_{it}$  corresponde ao vector (kx1) de parâmetros desconhecidos relativos ao indivíduo  $i$  no momento  $t$  e  $x_{it}$  a matriz (kx1) de variáveis explicativas, cuja primeira coluna, no caso do modelo ter termo independente, será integralmente constituída por 1's.

## 5 Descrição e análise dos dados

Esta seção faz a descrição e análise dos dados coletados. Primeiramente apresenta-se o percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), evidenciando a sua média e percentuais ao longo dos anos. Em seguida, descrevem-se os valores pertinentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na sequência, o PIB por pessoa é esclarecido por ano e por país, permitindo verificar o seu crescimento na linha temporal. Depois são expostas tabelas com as despesas correntes e de capital, bem como, as despesas com saúde e educação. Por último, são evidenciadas as relações existentes entre gastos correntes e de capital e o crescimento dos países latinos americanos. Os resultados estão expostos na Tabela 1.

**Tabela 1 – Valores do Produto Interno Bruto (PIB)**

Países	2000	2010	Média de 2000 a 2010	% Cresc 2000-2010
Argentina	284.345.872.936	370.263.371.075	236.848.159.361	30
Bolívia	8.397.855.942	19.640.394.308	11.734.199.851	134
Brasil	644.728.923.433	2.088.965.553.947	1.054.051.124.649	224
Chile	75.196.921.723	203.442.527.491	122.277.984.330	171
Colômbia	99.875.768.145	288.085.825.048	162.871.897.895	188
Costa Rica	15.946.615.737	35.891.216.175	22.644.650.333	125
Cuba	30.565.200.000	64.220.300.000	46.476.190.909	110
Equador	16.282.908.000	58.909.774.022	37.510.705.547	262
El Salvador	13.134.200.000	21.214.732.156	17.377.700.683	62
Guatemala	17.195.626.878	41.473.278.197	28.400.538.031	141
Haiti	3.357.891.692	6.122.540.708	4.285.630.016	82
Honduras	7.187.324.757	15.400.319.554	10.572.590.823	114
México	636.731.186.762	1.032.224.337.142	847.285.178.084	62
Nicarágua	3.938.064.442	6.551.473.116	5.050.673.730	66
Panamá	11.620.549.000	26.777.100.000	17.187.922.636	130
Paraguai	7.095.379.508	17.886.326.149	9.918.572.776	152
Peru	53.335.530.086	157.324.012.212	90.103.718.802	195
República Dominicana	23.655.285.150	51.576.220.198	33.510.874.406	118
Uruguai	22.823.249.545	40.264.914.859	22.442.423.293	76
Venezuela	117.146.466.003	391.307.269.616	192.441.228.631	234

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1 que o Equador foi o país que apresentou a maior taxa de crescimento do PIB nos onze anos da análise, ostentando um aumento de 262%, seguido da Venezuela e do Brasil, com taxas de crescimento de 234% e 224%, respectivamente.

A Argentina com uma média de US\$ 236.848.159.361,00 ocupou o último lugar no ranking, apresentando apenas 30% de crescimento de 2000 a 2010. Ressalta-se que esse decréscimo se iniciou em 2001 e foi até 2005. Em 2006 o país voltou a crescer de modo contínuo até o último ano em estudo.

Ressalta-se que embora a Argentina ocupe a vigésima posição dentre os países em

análise, países como a Bolívia, Haiti e Nicarágua, possuem valores bem inferiores de crescimento. Por exemplo, enquanto a Argentina possuía em 2010 um PIB de US\$ 370.263.371.075,00, tais países possuíam PIB de US\$ 196.403.943,08, US\$ 612.254.070,80, US\$ 655.147.311,60, respectivamente. Muito embora o Haiti tenha mantido uma linha ascendente de crescimento a cada ano, mesmo com tímidos valores.

Já o Brasil teve uma queda no seu PIB no período de 2001 a 2003. Voltando a alavancar o crescimento a partir de 2004. Em 2005 seus valores duplicaram em comparação com o ano 2000, ocorrendo o mesmo se for comparado o ano de 2005 ao ano de 2008. Em 2009 houve decréscimo e em 2010 aumentou em quase US\$ 600.000.000.000,00.

México, El Salvador e Uruguai apresentaram situações similares ao longo do período, mantendo em média uma taxa de crescimento de menos de 10% ao ano. Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Haiti, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela foram os países que mantiveram uma taxa de crescimento perene, sem decréscimos ao longo dos onze anos.

Na Tabela 2 apresentam-se os dados relativos ao índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a média acompanhada da taxa de crescimento.

**Tabela 2 – Valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Países	2000	2010	Média de 2000 a 2010	% Cresc 2000-2010
Argentina	0,749	0,794	0,774	<b>5,96</b>
Bolívia	0,612	0,660	0,644	<b>7,91</b>
Brasil	0,665	0,715	0,695	<b>7,38</b>
Chile	0,749	0,802	0,782	<b>6,96</b>
Colômbia	0,652	0,707	0,684	<b>8,41</b>
Costa Rica	0,703	0,742	0,726	<b>5,52</b>
Cuba	0,681	0,773	0,737	<b>13,55</b>
Equador	0,668	0,718	0,699	<b>7,62</b>
El Salvador	0,619	0,672	0,653	<b>8,70</b>
Guatemala	0,525	0,573	0,554	<b>9,00</b>
Haiti	0,421	0,449	0,437	<b>6,53</b>
Honduras	0,569	0,623	0,602	<b>9,49</b>
México	0,718	0,767	0,747	<b>6,91</b>
Nicarágua	0,533	0,587	0,567	<b>10,15</b>
Panamá	0,718	0,765	0,746	<b>6,48</b>
Paraguai	0,612	0,662	0,640	<b>8,21</b>
Peru	0,674	0,721	0,700	<b>6,97</b>
República Dominicana	0,640	0,686	0,666	<b>7,12</b>
Uruguai	0,736	0,780	0,759	<b>5,94</b>
Venezuela	0,656	0,734	0,704	<b>11,99</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Os maiores percentuais de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) observados na Tabela 2 são na ordem: Cuba (13,55%), Venezuela (11,99%) e Nicarágua (10,15%). O Brasil apresenta um crescimento de 7,38%, perdendo para Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Venezuela.

Observa-se que embora o Equador e o Brasil tenham estampado o status de países que mais cresceram em termos de PIB, a realidade não se repetiu nos percentuais do IDH. Chama atenção também o fato de El Salvador mesmo apresentando o menor PIB, possuir um elevado percentual de crescimento do IDH (8,70%).

Na Tabela 3, tem-se a oportunidade de observar os percentuais e médias da riqueza dos países da América Latina por pessoa.

**Tabela 3 – Valores do PIB per capita**

Países	2000	2010	Média de 2000 a 2010	% Cresc 2000-2010
Argentina	7,699	9,162	6,096	19,00
Bolívia	1,011	1,978	1,266	95,65
Brasil	3,696	10,716	5,603	189,94

Chile	4,877	11,888	7,426	143,76
Colômbia	2,512	6,223	3,723	147,73
Costa Rica	4,069	7,704	5,205	89,33
Cuba	2,753	5,704	4,137	107,19
Equador	1,319	4,073	2,753	208,79
El Salvador	1,319	4,073	2,753	208,79
Guatemala	1,53	2,882	2,191	88,37
Haiti	0,388	0,613	0,454	57,99
Honduras	1,156	2,026	1,515	75,26
México	6,37	9,101	7,910	42,87
Nicarágua	0,776	1,132	0,925	45,88
Panamá	3,931	7,614	5,241	93,69
Paraguai	1,328	2,771	1,649	108,66
Peru	2,062	5,411	3,235	162,42
República Dominicana	2,753	5,195	3,577	88,70
Uruguai	6,876	11,952	6,721	73,82
Venezuela	4,811	13,503	7,052	180,67

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3 vê-se que Equador e El Salvador são os países que apresentam a melhor taxa percentual de crescimento da atividade econômica por pessoa, cada um com 208,79 %. O Brasil figura em terceiro lugar no ranking, com um PIB per capita de 189,94 %, seguido da Venezuela que ostenta um percentual de 180,87% de crescimento.

Diante disso, pode-se constatar que a Venezuela figura sempre entre os três melhores países em termos de resultados de PIB, IDH e PIB per capita. Essa linearidade também se configura na Argentina, porém, em termos negativos já que tem ocupado a última posição em termos de PIB e a penúltima no PIB per capita, embora, não apresente o pior IDH.

Registra-se aqui o fato da Nicarágua ter apresentado um PIB per capita com valores decrescendo bruscamente desde o ano de 2007. Já a República Dominicana tinha valores ascendentes até o ano de 2007, entrando em decréscimo a partir do ano de 2008. Cuba manteve uma taxa de crescimento percentual regular e gradativo ao longo dos onze anos.

Na Tabela 4 figuram os valores, médias e percentuais pertinentes às despesas correntes efetivadas pelos governos da América Latina no período de 2000 a 2010.

**Tabela 4 – Valores das despesas correntes**

Países	2000	2010	Média de 2000 a 2010	% Cresc 2000-2010
Argentina	472.675.077.539	534.904.199.888	354.145.331.964	13
Bolívia	15.268.109.352	29.904.344.768	19.069.375.822	96
Brasil	1.076.870.613.598	3.415.215.312.412	1.711.763.044.218	217
Chile	114.721.256.516	286.393.207.308	172.973.966.726	150
Colômbia	171.668.825.378	455.316.456.982	264.891.221.673	165
Costa Rica	25.588.429.475	59.275.687.220	36.954.030.258	132
Cuba	55.208.600.000	112.472.097.296	82.538.336.118	104
Equador	23.841.608.000	95.274.222.524	58.140.957.866	300
El Salvador	25.771.200.000	44.201.512.184	35.604.754.761	72
Guatemala	31.370.690.734	78.408.848.704	54.106.262.859	150
Haiti	7.291.198.026	17.112.273.012	10.205.552.564	135
Honduras	12.097.607.917	30.117.558.066	19.651.768.096	149
México	964.522.626.870	1.579.376.134.736	1.301.307.362.822	64
Nicarágua	7.580.019.238	13.206.132.050	10.161.353.902	74
Panamá	16.990.298.000	37.152.821.259	24.089.165.933	119
Paraguai	13.039.986.385	31.134.530.084	17.268.231.772	139
Peru	87.207.358.166	220.819.255.785	134.626.169.155	153
República Dominicana	40.472.392.656	98.273.206.746	60.553.845.759	143
Uruguai	40.561.782.044	65.489.704.888	37.262.885.093	61
Venezuela	150.412.290.799	529.547.735.654	255.217.411.446	252

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 4 que a Argentina (13%) e o Uruguai (61%) são os países que

apresentaram os menores percentuais de crescimento de gastos públicos com despesas correntes. Venezuela e Brasil figuram entre aqueles que mais direcionaram recursos do orçamento para gastos correntes, com um percentual de crescimento de 252% e 217%, respectivamente.

Destaca-se o fato de 2010 ter sido o ano de maior percentual de aplicação em despesas correntes pelos governos de todos os países da amostra. E também o fato de os anos de 2002 e 2003 terem sido aqueles em que menos se aplicaram recursos públicos neste tipo de despesa.

Na Tabela 5 são demonstrados os gastos dos governos latinos com despesas de capital.

**Tabela 5 – Valores das despesas de capital**

Países	2000	2010	Média de 2000 a 2010	% Cresc 2000-2010
Argentina	95.898.901.455	172.035.630.673	96.393.183.567	79,39
Bolívia	3.025.827.920	6.595.099.809	3.642.456.823	117,96
Brasil	225.977.246.604	787.434.042.277	371.766.422.428	248,46
Chile	32.022.267.010	88.234.577.162	51.945.964.215	175,54
Colômbia	28.988.882.913	131.173.487.280	68.050.936.833	352,50
Costa Rica	5.532.634.167	14.245.552.726	9.589.837.559	157,48
Cuba	7.452.400.000	13.942.321.227	9.704.301.930	87,08
Equador	6.732.166.000	30.072.298.680	17.813.642.789	346,70
El Salvador	4.447.100.000	5.639.800.000	5.417.853.261	26,82
Guatemala	6.675.389.362	13.065.239.762	10.320.192.635	95,72
Haiti	958.706.398	1.598.519.440	1.241.447.118	66,74
Honduras	3.885.546.115	7.140.983.641	5.680.209.537	83,78
México	305.302.532.444	470.381.851.864	386.154.919.193	54,07
Nicarágua	2.351.110.679	3.594.822.261	2.889.054.277	52,90
Panamá	5.267.000.000	14.544.800.488	7.523.190.953	176,15
Paraguai	2.575.470.453	5.983.926.466	3.528.578.076	132,34
Peru	21.530.567.621	82.939.338.967	39.520.915.606	285,22
República Dominicana	10.343.346.184	16.925.645.106	11.771.613.161	63,64
Uruguai	6.567.527.416	14.750.134.290	7.781.817.073	124,59
Venezuela	52.934.906.613	149.966.229.442	86.813.036.029	183,30

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 5 observa-se que embora a Argentina detenha o posto de país que menos aplica em despesas correntes, não ocupa concomitantemente o lugar de país que menos aplica os recursos públicos em despesas de capital, ficando esta posição para Nicarágua (52,90%), México (54,07%) e República Dominicana (63,64).

Equador, Colômbia e Peru aparecem na lista de países que mais aplicam recursos públicos em despesas de capital, seguidos do Brasil. Destaca-se ainda que o ano de 2010 foi aquele em que os países da amostra mais aplicaram recursos neste tipo de gasto.

O Equador investiu menos em despesas de capital no ano de 2000; México e Nicarágua no ano de 2001; Haiti, Panamá, Paraguai e Honduras no ano de 2002; Argentina, Peru e Uruguai no ano de 2003; Bolívia no ano de 2004.

Na Tabela 6 pode-se verificar os valores despendidos pelos países latinos americanos para a área da saúde.

**Tabela 6 – Valores das despesas com saúde**

Países	2005	2009	Média de 2000 a 2010	% Cresc 2000-2010
Argentina	8.610.216.580	15.745.739.361	11.952.876.872	82,87
Bolívia	362.866.566	589.560.969	449.831.254	62,47
Brasil	29.107.450.304	55.755.628.783	42.706.715.579	91,55
Chile	4.138.755.543	5.951.793.905	5.290.149.032	43,81
Colômbia	7.768.012.114	11.969.368.156	9.692.577.220	54,09
Costa Rica	998.246.274	1.725.222.329	1.367.592.295	72,83
Cuba	3.710.045.400	6.165.581.400	4.855.515.600	66,19
Equador	628.020.528	988.415.359	839.202.193	57,39
El Salvador	358.969.676	475.203.754	430.813.240	32,38

Guatemala	1.006.815.128	1.356.589.810	1.207.738.094	34,74
Haiti	83.747.320	124.667.662	103.182.095	48,86
Honduras	97.570.818	170.108.406	142.214.932	74,34
México	32.151.600.761	36.043.040.920	36.417.551.385	12,10
Nicarágua	131.543.336	167.773.556	147.045.268	27,54
Panamá	649.517.400	1.083.604.500	835.898.100	66,83
Paraguai	388.613.822	612.303.872	490.603.360	57,56
Peru	2.540.442.426	3.128.518.655	2.731.694.460	23,15
República Dominicana	905.642.050	1.164.941.636	996.854.900	28,63
Uruguai	1.007.044.684	1.848.020.551	1.362.982.461	83,51
Venezuela	3.346.810.262	8.805.590.585	5.693.922.429	163,10

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 6 nota-se que o país que mais direcionou recursos para investir em saúde foi a Venezuela, com um percentual de crescimento ao longo dos anos de U\$ 163,10, seguida do Brasil e da Argentina que tiveram uma taxa de evolução destes gastos no valor de U\$ 91,55% e U\$ 82,87%, respectivamente.

O país que menor valor direcionou para despesas com saúde é o México, que ao longo dos anos teve um crescimento destes gastos de apenas U\$ 12,10%, sendo o ano de 2006 o que apresentou o menor percentual e o de 2009 o de valor mais elevado.

Na Tabela 7 figuram os valores pertinentes às despesas com gastos direcionados à educação.

**Tabela 7 – Valores das despesas com educação**

Países	Média de 2000 a 2010
Argentina	11.860.675.207
Bolívia	591.674.186
Brasil	47.413.348.249
Chile	4.813.274.076
Colômbia	7.533.762.929
Costa Rica	1.272.289.625
Cuba	5.814.718.033
Equador	924.885.987
El Salvador	170.744.600
Guatemala	900.765.309
Haiti	162.050.929
Honduras	-
México	-
Nicarágua	239.849.657
Panamá	453.201.411
Paraguai	497.974.638
Peru	3.563.866.016
República Dominicana	1.012.898.895
Uruguai	523.672.683
Venezuela	7.656.068.392

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 7 observa-se que os países que apresentaram os valores mais vultosos com despesas de educação são Brasil e Argentina, com U\$ 474.133.482.48,57 e U\$ 118.606.752.07,039, respectivamente. Esclarece-se que nem todos os dados dos países acerca destes gastos foram encontrados nas fontes fornecedoras das informações utilizadas neste trabalho, como é o caso de Honduras e México.

A Nicarágua, com uma média de aplicação de U\$ 239.849.657,00 ao longo dos anos, mostra-se como sendo o país que menos aplica neste tipo de gasto, embora os seus valores venham subindo ano a ano, mesmo de maneira sutil.

Na Tabela 8 apresentam-se os valores dos modelos contrastados com os valores tabelados. Para isso teve-se que se proceder à realização dos testes de Chow e do Multiplicador de Lagrange (LM), em que se verificou qual dos modelos (comum, fixo ou aleatório) é o mais apropriado para ser utilizado com norteador da análise dos dados.

**Tabela 8 – Valores dos modelos comum, fixo e aleatório**

Modelo	Valor Calculado (F)	Valor da Tabela
Intercepto comum (restrito) vs efeitos fixos	8,93	1,97
Intercepto comum (restrito) vs efeitos aleatórios	8,51	1,97

Fonte: Dados da pesquisa.

O teste de Chow permite selecionar o modelo mais apropriado entre um modelo de intercepto comum e o modelo de efeitos fixos, no qual apenas o intercepto variaria para cada país, mas permaneceria constante ao longo dos anos. O teste de Chow pode ser construído utilizando-se dos valores das somas de quadrado de resíduos para os modelos restrito e irrestrito, bem como os respectivos graus de liberdade (SILVA; CRUZ JÚNIOR, 2004).

Na Tabela 8 observa-se que o valor calculado para a estatística F (8,93) do modelo de intercepto comum vs efeito fixo é maior que o valor tabelado (1,97), com 19 e 198 graus de liberdade. A decisão correta, portanto, é rejeitar a hipótese nula, de que os coeficientes estimados para o intercepto são iguais para todos os países, não rejeitando as estimativas obtidas com o modelo irrestrito, ou de efeitos fixos.

O teste LM de Breusch e Pagan (1980) é realizado utilizando-se os valores dos resíduos estimados para o modelo restrito, obtidos logo após a estimação do modelo de intercepto comum (SILVA; CRUZ JÚNIOR, 2004). No caso do teste LM, a estatística F calculada (8,51) é superior ao valor da estatística tabelado (1,97), com 19 e 198 graus de liberdade, indicando que o modelo de efeitos aleatórios também é preferível ao modelo restrito.

A última etapa consistiu em escolher os modelos de efeitos fixos e aleatórios. Para isso, utilizou-se o teste de especificação de Hausman (W). O valor da estatística W segue também uma distribuição qui-quadrado com 1 (um) grau de liberdade ( $k=1$ ) (SILVA; CRUZ JÚNIOR, 2004). Assim como o valor calculado foi (0,41687) menor que o nível de 5%, deve-se aceitar a hipótese nula.

Depreende-se, então, que os erros não estão correlacionados com as variáveis explicativas (gastos correntes e gastos de capital) e que, portanto, o modelo de efeitos fixos é mais apropriado para ser utilizado.

Na Tabela 9 encontram-se os valores que serão interpretados após a função ter sido reestimada com o procedimento que forneceu as estatísticas “t” para todos os coeficientes.

**Tabela 9 – Modelo de efeitos fixos com significância dos parâmetros estimados**

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
CORR?	0.480876	0.009540	5.040.725	0.0000
CAP?	0.564588	0.036667	1.539.786	0.0000
_ARG--1	1.21E+10	2.26E+09	5.375.552	0.0000
_BOL--1	5.08E+08	2.09E+09	0.243202	0.8081
_BRA--1	2.10E+10	4.99E+09	4.213.269	0.0000
_CHIL--1	1.14E+10	2.13E+09	5.321.379	0.0000
_COLO--1	-2.93E+09	2.17E+09	-1.346.688	0.1796
_COS_RIC--1	-5.40E+08	2.09E+09	-0.258561	0.7962
_CUBA--1	1.13E+09	2.14E+09	0.528562	0.5977
_EL_SAL--1	-2.80E+09	2.09E+09	-1.339.460	0.1820
_EQUAD--1	3.85E+09	2.09E+09	1.839.748	0.0673
_GUAT--1	-3.44E+09	2.09E+09	-1.644.987	0.1016
_HAITI--1	-1.32E+09	2.09E+09	-0.633761	0.5270
_HOND--1	-2.08E+09	2.09E+09	-0.998635	0.3192
_MEX--1	3.50E+09	4.22E+09	0.828192	0.4086
_NICA--1	-1.47E+09	2.09E+09	-0.702893	0.4829
_PANA--1	1.36E+09	2.09E+09	0.649648	0.5167
_PARA--1	-1.43E+09	2.09E+09	-0.685726	0.4937
_PERU--1	3.05E+09	2.12E+09	1.440.082	0.1514
_REP_DOM--1	-2.25E+09	2.10E+09	-1.075.819	0.2833
_URU--1	1.30E+08	2.09E+09	0.062250	0.9504
_VEN--1	2.07E+10	2.32E+09	8.928.490	0.0000

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 9 nota-se que todos os coeficientes das variáveis Argentina, Brasil, Chile e Venezuela são significativos em nível de 1%. As variáveis correntes e de capital afetam positivamente o PIB com valor comum a todos os países, de 0,480876 e 0,564588, respectivamente. Porém, com interceptos diferentes para cada um deles, indicando efeitos médios diferentes das demais variáveis não consideradas.

Nota-se que quatro países (Argentina, Brasil, Chile e Venezuela) apresentam significância, ou seja, com direcionamento de recursos dos governos em gastos correntes e de capital que influenciam no crescimento do país. Com isso, confirma-se a hipótese principal H1. Ressalta-se ainda que tal significância deu-se entre os países que mais cresceram em média nos onze anos da amostra.

Fazendo-se uma análise ao longo do período considerado na pesquisa, observa-se que países com elevado percentual de crescimento do PIB, não necessariamente ocupam o ranking de melhor percentual de IDH. Citam-se como exemplo países como Equador e El Salvador, que se destacaram em um dos quesitos apenas.

Ressalta-se ainda que a Argentina prioriza as despesas de capital em detrimento das despesas correntes, não sendo, porém, o país com menor percentual de crescimento do PIB nos últimos anos. Logo, rejeita-se a hipótese H1c, visto que, nem sempre países que priorizam despesas de capital em detrimento de despesas correntes são mais desenvolvidos. Estes achados corroboram com os resultados de Landau (1983), Barth e Bradley (1987), Grier e Tullock (1987), Aschauer (1989), Barro (1990; 1991) e contrapõem os de Levine e Renelt (1992), Canning e Fay (1993), Devarajan, Swaroop e Zou (1996).

Em termos de média ao longo dos anos, os países que investem mais em educação e saúde concomitantemente, são os que tiveram os maiores valores de crescimento do PIB, mesmo que seus percentuais de crescimento não necessariamente sejam os maiores, como é o caso da Argentina, Brasil e Venezuela.

Observa-se também que os países que mais direcionaram recursos para gastos correntes de saúde, foram também os que em média tiveram os maiores crescimentos, como é o caso da Argentina, Brasil, Chile e Venezuela. Tal assertiva, por sua vez, confirma a hipótese H1b, uma vez que, o aumento na participação dos gastos correntes com saúde tem efeitos no crescimento dos países.

Entretanto, nota-se que nem todos os países que se destacaram no direcionamento de recursos para a educação foram aqueles que em média mais cresceram, como é o caso do Peru e da República Dominicana. Diante disso, rejeita-se a hipótese H1a, já que o aumento na participação dos gastos correntes com educação não tem efeitos no crescimento dos países. Dessa maneira, os resultados contrapõem-se aos achados dos estudos de Barro (1990; 1991).

## **6 Considerações finais**

O estudo objetivou verificar a relação entre a composição das despesas públicas correntes e de capital com o crescimento econômico dos países da América Latina, no período de 2000 a 2010. Pesquisa descritiva foi conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa, com análise de dados em painel.

Os resultados demonstraram que Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela foram os países que apresentaram a maior média de crescimento, sendo que a Venezuela também ostentou um dos melhores índices de desenvolvimento humano. Porém, o Equador foi o país que apresentou a maior taxa percentual de crescimento nos onze anos da amostra e a Argentina o país com a menor taxa.

Constatou-se que a Argentina e o Uruguai foram os países que apresentaram os menores percentuais de crescimento de gastos públicos com despesas correntes, enquanto que a Venezuela e o Brasil mais direcionaram recursos do orçamento para gastos correntes. Destaca-

se que o ano de 2010 foi o ano de maior percentual de aplicação em despesas correntes pelos governos de todos os países da amostra. E também o fato de os anos de 2002 e 2003 terem sido aplicados menos recursos públicos neste tipo de despesa.

Equador, Colômbia e Peru figuraram na lista de países que mais aplicaram recursos públicos em despesas de capital, seguidos do Brasil. Destaca-se ainda que o ano de 2010 foi aquele em que os países da amostra mais aplicaram recursos neste tipo de gasto.

Verificou-se que o país que mais direcionou recursos para investir em saúde foi a Venezuela, com um percentual de crescimento ao longo dos anos de U\$ 163,10; seguido do Brasil e da Argentina, que tiveram uma taxa de evolução destes gastos no valor de U\$ 91,55% e U\$ 82,87%, respectivamente. E o país que direcionou menor valor para despesas com saúde é o México, que ao longo dos anos teve um crescimento destes gastos de apenas U\$ 12,10%.

Observou-se também que os países que mais direcionaram recursos em gastos correntes de saúde foram também os que em média tiveram os maiores crescimentos, como é o caso da Argentina, Brasil, Chile e Venezuela. Entretanto, notou-se que nem todos os países que se destacaram no direcionamento de recursos para a educação foram aqueles que em média mais cresceram, por exemplo, Peru e República Dominicana.

Conclui-se que países que priorizaram as despesas de capital em detrimento das despesas correntes, não necessariamente são aqueles com menores taxas percentuais de crescimento. Isto coaduna com os achados de Landau (1983), Grier e Tullock (1987) Barth e Bradley (1987) Aschauer (1989), Barro (1990; 1991) que encontraram relação positiva entre o investimento público e o crescimento do produto interno bruto e relação negativa entre a taxa de crescimento do PIB real e a parte do consumo do governo.

No entanto, destoa dos achados de Levine e Renelt (1992), Canning e Fay (1993), Devarajan, Swaroop e Zou (1996), de que um aumento na participação das despesas correntes tem efeitos de crescimento positivo e estatisticamente significativo e a relação entre as despesas de capital e o crescimento per capita é negativo. Assim, para pesquisas futuras recomenda-se examinar o impacto, no crescimento econômico, de outras despesas que não sejam educação ou saúde, por exemplo, analisar despesas públicas com transporte e comunicação, ou gastos de empresas estatais.

## Referências

ABBOTT, A.; JONES, P.; Procyclical government spending: Patterns of pressure and prudence in the OECD. **Economics Letters**, v. 111, p. 230-232, 2011.

AFONSO, A.; FERNANDES, S. Assessing and explaining the relative efficiency of local government. **The Journal of Socio-Economics**. v. 37, p. 1946-1979, 2008.

AGUIRRE, B. M. B.; MORAES, M. R. Questão federativa no Brasil: um “Estado das Artes” da Teoria. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 1, p. 121-135, 1997.

ARROW, K. J.; KURZ, Mordecai. **Public Investment, the Rate of Return, and Optimal Fiscal Policy**. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1970.

ASCHAUER, D. A. **Is public expenditure productive?** Manuscript, Chicago, Fed. Reserve Bank Chicago, March 1988.

ASCHAUER, D. Is government spending productive? **Journal of Monetary Economics**, v. 23, p. 177-200. 1989.

BALTAGI, B. H. **Econometric analysis of panel data**. New York: John Wiley & Sons Ltd, 1995.

- BLANCHARD, O. J.; KATZ, L.F. **regional evolutions, brookings papers on economic activity**. Economic Studies Program, The Brookings Institution, v. 23, n. 1, p. 1-76, 1992.
- BARRO, R. J. Economic growth in a cross section of countries. **Working Paper n. 3120**. Cambridge, Mass, NBER, September, 1989.
- BARRO, R. J. Government spending in a simple model of endogeneous growth. **Journal of Political Economy**. v. 98. p. 103-125, 1990.
- BARRO, R.J. Economic growth in a cross section of countries. *Quarterly Journal of Economics*. v. 106, p. 407-444. 1991.
- BARRO, R. J.; SALA-I-MARTIN, X. **Economic growth**. New York: McGraw-Hill, 1995.
- BATES, R. **Markets and States in Tropical Africa: the political basis of agricultural policies**. Berkeley: University of California Press, 1995.
- BRENNAN, G.; HAMLIN, A. **Positive Constraints on Normative Political Theory**. Mimeo, 2007.
- BOHN, H. Are stationarity and cointegration restrictions really necessary for the intertemporal budget constraint? **Journal of Monetary Economics**, Elsevier, v. 54, n. 7, p. 1837-1847, October, 2007.
- BUCHANAN, J.; TULLOCK, G. **The Calculus of Consent**. University of Michigan Press, Ann Arbor MI, 1962.
- BUCHANAN, J. Justice among natural equals: memorial marker for John Rawls. **Public Choice**, Springer, v. 114, p. 3-5, 2003.
- CANNING, D.; FAY, M. **The effect of transportation networks on economic growth**, Discussion paper, Department of Economics, Columbia University, New York, NY, 1993.
- DEVARAJAN, S.; SWAROOP, V.; ZOU, H. The composition of public expenditure and economic growth. **Journal of Monetary Economics**, v. 37, p. 313-344, 1996.
- DIAS, P. V. M. **Economia política da educação de massas: a escola pública como condição geral de produção do capital**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- DIAMOND, J. Government expenditure and economic growth: an empirical investigation, **Working paper n.º 89/45**, International Monetary Fund, Washington, DC. 1989.
- DOWNS, A. Why the government is 'too small' in a democracy. *World Polit.* v. 12, p. 541-563, 1960.
- FELKINS, L. **Introduction to Public Choice Theory**. Written, 2009. Disponível em: <<http://perspicuity.net/sd/pub-choice.html>>. Acesso: 02 nov. 2011.
- FERRAZ JÚNIOR, T. S. **Teoria da Norma Jurídica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- GLAESER, E. L.; SCHEINKMAN, J. A.; SHLEIFER, A. Economic Growth in a Cross-Section of Cities, **Working Papers n.º 95**, Hoover Institution, Stanford University. 1995.
- HOLTZ-EAKIN, D. **Public-sector capital and the productivity puzzle**. Mimeo. Syracuse University, Syracuse, NY, 1991.
- KING, R.; REBELO, S. Public policy and economic growth: Developing neoclassical implications. **Journal of Political Economy**, v. 98, p. 126-151, 1990.
- KNELLER, R.; BLEANEY, M. F.; GEMMELL, N. Fiscal policy and growth: evidence from OECD countries. **Journal of Public Economics**, Elsevier, v. 74, p. 171-190. 1999.

KRUEGER, A. **Political Economy of Policy Reform in Developing Countries**. Cambridge MA: MIT Press, 1993.

LANDAU, D. L. Government Expenditure and Economic Growth: a cross-country study. **Southern Econ.** v. 49, p.783-92, 1983.

LEVINE, R. RENELT, D. A sensitivity analysis of cross-country growth regressions, **American Economic Review.** v. 82, p. 942-963, 1992.

LUCAS, R. **Supply-side economics: an analytical review**. Oxford Economic Papers 42, v. 2, p. 293-316, 1990.

MORRISON, C.; SCHWARTZ, A. E. **State infrastructure and productive performance**, Mimeo, Medford, MA, Tufts University, 1991.

MORRISON, C.J.; SCHWARTZ, A. E. State infrastructure and productive performance, **NBER Working Paper n. 3981**, National Bureau of Economic Research, 1992.

NISKANEN, W. A. Bureaucrats and politicians. **Journal of Law and Economics**, v. 18, p. 617-643, 1975.

OLSON, M. **The logic of collective action: public goods and the Theory of Groups**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.

SANCHEZ, O. A. **Os controles internos da administração pública: a e-governança e a construção de controles no Governo do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, O. M.; COSTA JÚNIOR, J. C. C. **Dados em painel: uma análise do modelo estático**. In: SANTOS, M. L.; VIEIRA, W. C. (Org.). Métodos quantitativos em economia. Viçosa: UFV, 2004.

SHUGHART, W.; TOLLISON, R. Public choice in the new century. **Public Choice**. Springer, v. 124, p. 1-18, July, 2005.

XIE, D.; ZOU, H.; DAVOODI, H. Fiscal decentralization and economic growth in the United States. **Journal of Urban Economics.** v. 45, p. 228-239, 1999.

TULLOCK, G. **Political realism in economics**. The exchange, 1962.

URSPRUNG, H.W. **Economic policies and political competition**. In: HILLMAN, A.L. (Ed.). Markets and politicians: politicized economic choice. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1991. pp. 1-27.

VAUBEL, R. A public choice approach to international organization. **Public Choice**, v. 51, p. 39-57, 1986.

XIE, D.; ZOU, H.; DAVOODI, H. Fiscal decentralization and economic growth in the United States, **Journal of Urban Economics**, v. 45, p. 228-239, 1999.